ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA N° 338/2025 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Realizada na modalidade presencial, no dia 22 de abril de 2025, às 9h, no Prédio HS Center, sala 3 - 1°andar, localizado na Rua Coronel Durães, 170, Bela Vista, no Município de Lagoa Santa com a participação das representantes da Secretaria Executiva, Sras. Claudia Ursini e Lorena Rodrigues e os demais participantes relacionados a seguir: **Representantes do Governo**: **1.** Gabriela Caroline Marques Noronha (Diretoria Municipal de Turismo e Cultura); **2.** Emannuelly Ferreira de Paula Melo (Diretoria Municipal de Esporte e Lazer); **3.** Glêmia Ferreira da Silva (Secretaria Municipal de Saúde); **4.** Patrícia Aparecida Martins (Diretoria Municipal de Desenvolvimento Social); **5.** Mayra Moreira dos Santos (Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão); **6.** Vanessa Corrêa Borges (Secretaria Municipal de Educação). **Representantes da Sociedade Civil: 1.** Marília Daibert de Freitas (Casa do Saber); **2.** Jean Félix dos Santos (GEAA); **3.** Janice Salomão de Andrade (Conviver Saber Social); **4.** Thauanny Priscila Silva Ribeiro (Instituto Resgate). **Justificaram ausência**: **1.** Anielle Brant Lorenzatto (APAE); **2.** Maria das Mercês Alves de Rezende (APAE). **Convidados: 1.** Laura dos Anjos (Instituto Resgate); **2.** Cristiane de Castro Dolabela (ADRA); **3.** Adriano Carlos Aureliano (ADRA); **4.** Tânia Lúcia Egídio (Conselho Tutelar); **5.** Ana Carolina Ribeiro (Conselho Tutelar); **6**. Gizele Cristina Teixeira Araujo (Diretoria Municipal de Desenvolvimento Social). **PAUTAS: 1.** Denúncia Casa Adra. **Desenvolvimento:** A Sra. Marília deu início à reunião. A reunião foi iniciada pela Sra. Marília, que cumprimentou os presentes e solicitou que todos se apresentassem formalmente, o que foi feito de maneira organizada, possibilitando o reconhecimento e alinhamento entre os participantes. Em seguida, a Sra. Marília explicou os motivos da convocação extraordinária, destacando que a reunião se fez necessária após a última plenária do conselho, onde a Sra. Paula trouxe pontos preocupantes, que posteriormente também foram reforçados por manifestações do Conselho Tutelar. Ressaltou que se tratam de questões sensíveis, especialmente relacionadas à atual gestão do acolhimento de crianças e adolescentes no município. A Sra. Glêmia tomou a palavra e expôs com preocupação os pontos levantados por Sra. Paula na plenária anterior, referindo-se especialmente aos

casos de crianças com histórico de saúde mental comprometida, cuja situação teria se agravado pela convivência em um ambiente com faixas etárias muito distintas. A Sra. Glêmia enfatizou que, apesar das ações médicas e o uso de medicações, o ambiente atual não tem contribuído para a melhora dos quadros clínicos, e ainda apontou conflitos nos horários das rotinas entre crianças menores e adolescentes, o que tem gerado mais tensão no local. A Sra. Cristiane então informou que após diversas reclamações dos vizinhos devido ao barulho das crianças, encontrou um imóvel mais amplo e em uma área mais afastada dos vizinhos, e estão preparando a casa para mudança. Relatou ainda que durante o recente feriado as crianças tiveram atividades todos os dias, e estavam mais tranquilas. Ressaltou que houve melhorias desde então, com crianças matriculadas em programas esportivos oferecidos pela prefeitura, e compartilhou casos específicos de evolução comportamental entre os acolhidos. A Sra. Cristiane destacou também a experiência da ADRA no atendimento a esse público. Na sequência, o Sr. Adriano compartilhou o processo desafiador de transição após o chamamento público. Destacou que a equipe assumiu a responsabilidade em apenas duas semanas, o que dificultou a contratação de profissionais adequados. Relatou que quando a ADRA assumiu o abrigamento no município, eles mantiveram uma das casas já alugada anteriormente pela entidade responsável a época, onde abrigava apenas meninas e os demais grupos com diferentes faixas etárias foram encaminhados no dia que assumiram. Disse que os principais problemas enfrentados têm sido relacionados ao endereço atual, com reclamações de vizinhos quanto ao barulho. Relatou que houve uma reunião com o advogado da locadora para discutir a devolução do imóvel. Acredita que a mudança para o novo endereço ocorrerá na próxima semana, mas alerta que isso pode impactar a continuidade escolar dos acolhidos. Destacou que visitou imóveis junto à Sra. Jeane e obteve aprovação da prefeitura. Reforçou que a ADRA já possui experiência em outros municípios, que o acolhimento familiar já está em curso, com visitas às famílias, e que, embora alguns acolhidos venham a permanecer até os 18 anos, a intenção da instituição é reintegrar essa criança à família e acredita que estabilizarão bem nos próximos dois meses. Mencionou um jovem de 14 anos, ainda não alfabetizado, que tem vergonha de ir à escola, mas cuja situação está

sendo acompanhada com prioridade pela equipe da ADRA. Pediu paciência e compreensão diante do cenário de transição, e destacou que a nomenclatura e abordagem da ADRA para acolhimento visam respeitar as particularidades dos acolhidos. A Sra. Glêmia então questionou a respeito das meninas que estavam na Escola Cecília e se elas continuariam frequentando o mesmo local após a mudança. A Sra. Cristiane respondeu que há uma dificuldade quanto à transferência escolar e que o objetivo é justamente evitar essa mudança, dada a complexidade da situação. A Sra. Vanessa sugeriu a possibilidade de remanejamento para as escolas Padre Menezes ou Reparata. O Sr. Adriano garantiu que a instituição dispõe de um veículo que fica a serviço das crianças e adolescentes 24 horas por dia e podem, por meio dele, organizar os horários escolares. A Sra. Glêmia esclareceu que essas meninas estão no ensino médio e fazem tratamento mental, o que reforça a necessidade de estabilidade escolar. A Sra. Cristiane apontou que o problema reside no fato de elas estudarem no período noturno. O grupo passou a discutir alternativas de transporte público, mas a Sra. Emannuelly explicou sobre a questão do zoneamento dos bairros, que impediria o deslocamento das jovens do bairro Palmital para a escola atual. A Sra. Glêmia, juntamente com a Sra. Vanessa, o Sr. Jean e a Sra. Emannuelly, buscaram alternativas de escolas mais próximas. A Sra. Emannuelly questionou quais horários seriam possíveis para adaptação. A Sra. Cristiane informou que uma das alunas está matriculada no EJA - Educação de Jovens e Adultos e, portanto, estuda à noite. A Sra. Ana Carolina complementou afirmando que adolescentes acima de 15 anos têm o direito de escolher o turno escolar. A Sra. Tânia relatou que o Conselho Tutelar recebeu denúncias durante o processo de transição entre o Instituto Resgate e a ADRA, apontando que essa mudança, além de causar transtornos, precisa ser melhor alinhada entre as instituições. Afirmou que houve falhas graves, como ausência de alimentação adequada – onde meninas relataram estar se alimentando apenas com macarrão e arroz. Denúncias de ambas as gestões foram enviadas ao setor jurídico e à prefeitura. Mencionou ainda que as crianças não puderam levar seus brinquedos na mudança, que o PIA – Plano Individual de Atendimento não foi entregue a ADRA, e que crianças com problemas psiquiátricos chegaram à nova instituição sem exames médicos atualizados, receitas médicas e demais documentos de

fundamental importância. A Sra. Tânia cobrou responsabilidade compartilhada entre as duas instituições e destacou que o Conselho Tutelar está elaborando um documento oficial a ser entregue com os registros da transição e suas falhas. Afirmou que, apesar do esforço do Sr. Adriano em adquirir alimentos e organizar a nova equipe, a ausência de planejamento adequado causou sofrimento aos acolhidos. A Sra. Ana Carolina reiterou a importância do Conselho Tutelar como fiscalizador do serviço e reforçou o compromisso em agir para que erros como esses não se repitam. A Sra. Thauanny, por sua vez, explicou o histórico do aluguel do imóvel e todo o processo de tentativa de formalização do novo termo com a prefeitura. Mencionou a morte de uma criança por negligência da mãe, que influenciou na decisão da gestão sobre fechar uma das casas lares. Ressaltou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Instituto Resgate, que passou a depender de doações e empréstimos para manter o funcionamento. Contou que houve reuniões com os acolhidos e suas famílias para prepará-los para a mudança. Apesar disso, afirmou que a instituição não foi chamada para algumas reuniões decisivas e que os vínculos emocionais com as crianças foram rompidos abruptamente, gerando sofrimento. A Sra. Marília pediu que os PIAs dos acolhidos sejam encaminhados com urgência, antes da próxima plenária marcada para o dia 13 de maio, afirmando que, apesar dos acontecimentos passados, é necessário foco no presente para garantir a continuidade do acolhimento. A Sra. Thauanny reforçou que em 15 anos não há registros de denúncias formais contra o Instituto Resgate, e esclareceu que a doação de itens à ADRA foi documentada. A Sra. Marília retrucou, dizendo que os itens comprados não são doações, mas patrimônios a serem repassados formalmente para a nova entidade. A Sra. Patrícia explicou que o que foi falado não corresponde ao PIA e destacou a diferença entre o plano individual de atendimento e o processo judicial individual de cada criança/adolescente. A Sra. Gabriela enfatizou que o foco deve ser a vida das crianças, e não apenas documentos ou disputas burocráticas. Pediu maturidade e sensibilidade de todos os envolvidos. A Sra. Ana Carolina mencionou que os acolhidos, na antiga gestão, podiam receber visitas com maior número de familiares, e que na atual há limitações. A Sra. Marília propôs o prazo do dia 9 de maio para a entrega de todos os PIAs. A Sra. Thauanny mencionou que o PIA consta no processo

judicial e que todos da ADRA têm acesso a ele. A Sra. Cristiane comentou que seus profissionais iriam até o fórum para verificar os processos dos abrigados. A Sra. Marília explicou sobre o importância do PIA para acompanhamento dessas crianças e adolescentes. A Sra. Gizele relatou que, nesta nova gestão iniciada neste ano, não houve os apontamentos feitos anteriormente pela Sra. Thauanny. Informou que ficou pendente o encaminhamento de algumas prestações de contas por parte da instituição, mas que a prefeitura não deixou de realizar nenhum pagamento. Parabenizou a rede pela união e destacou que não permitirá que se repita o que aconteceu anteriormente, quando a rede falhou, enquanto pessoas e profissionais, por não estarem mais próximas à instituição. Afirmou que, nos últimos meses, a comunicação com o Instituto Resgate tem sido difícil e que, nos registros de contato, houve ofensas e sequer foi possível estabelecer uma conversa. Ressaltou que o processo do chamamento foi muito apressado e que o Instituto Resgate não tinha interesse em permanecer sequer um dia a mais com um termo aditivo. Relatou que, ao ser solicitada a visita do Sr. Adriano da ADRA, o Instituto Resgate respondeu que, caso ele os visitasse, chamariam a polícia. Reforçou que a gestão estará ao lado da rede, trabalhando e apoiando, e que tudo o que estiver no plano será cobrado. O que precisar ser modificado será pensado, sempre visando a melhoria para os abrigados. Destacou a necessidade de melhorias em relação ao que era ofertado anteriormente e considerou que este novo modelo representa um avanço. Informou que o município tem disponibilizado diversos projetos extracurriculares, como oficinas de esporte, e observou que os jovens abrigados ficavam ociosos. Afirmou que ainda há muito a avançar na forma como é trabalhado o vínculo familiar. Comentou o caso de um adolescente que atualmente está em um aluguel temporário, e que anteriormente eram três, os quais saíram da instituição sem estarem inscritos no programa Bolsa Família, sem que o vínculo com suas famílias fosse trabalhado, o que resultou no retorno deles ao convívio familiar. Acrescentou que mantém um desses jovens em acompanhamento, mas reconhece que há muitos pontos a melhorar. Finalizou reforçando a importância da união entre todos os atores da rede. A Sra. Patrícia questionou sobre o conteúdo das pastas entregues aos responsáveis pela ADRA, e a Sra. Cristiane confirmou que o PIA não constava entre os documentos, contrariando a

legislação, tendo apenas certidões de nascimento, cartão de vacina e alguns exames. A Sra. Thauanny mencionou que o PIA consta no processo judicial e que todos da ADRA têm acesso a ele. A Sra. Tânia reforçou que o PIA é essencial para garantir o histórico do acolhido e que sua ausência compromete o atendimento. A Sra. Cristiane informou que sua equipe iria consultar os processos no fórum para localizar as informações necessárias. A Sra. Gizele afirmou que esta nova gestão não presenciou os problemas relatados pela Sra. Thauanny. Disse que a transição foi muito rápida e que a prefeitura está empenhada em apoiar a nova instituição. A Sra. Patrícia reforçou a importância da união entre conselho tutelar, gestão e entidades, e lamentou a ausência do promotor na reunião. O Sr. Adriano relatou o caso de um adolescente que, na gestão anterior, costumava fugir da instituição com frequência, mas que desde a transição para a nova casa gerida pela ADRA permaneceu constante, dormindo todas as noites no local. Ele destacou a importância desse indicativo de estabilidade emocional e vinculação com a nova equipe. Comentou também sobre visitas realizadas pelo Conselho Tutelar e pelo CMDCA, solicitando que as mesmas sejam previamente agendadas para melhor organização. A Sra. Tânia prontamente respondeu que, por se tratar de um órgão de fiscalização e monitoramento, as visitas do Conselho Tutelar não precisam ser agendadas, pois fazem parte do exercício regular da função. As Sras. Gizele e Patrícia complementaram dizendo que, embora o intuito não seja punitivo, visitas in loco são importantes para observar a rotina e a estrutura da casa de acolhimento de forma transparente. A Sra. Cláudia solicitou à Sra. Tânia que seja marcada a data para a entrega do documento formal do Conselho Tutelar referente aos diversos casos citados por ela hoje, ficando acordado o prazo até o dia 30 de abril de 2025. A Sra. Janice questionou como proceder caso os PIAs não constem nos processos judiciais. A Sra. Marília respondeu que, nesse caso, é responsabilidade tanto da gestão quanto da instituição assegurar que as informações estejam devidamente organizadas e disponíveis. A Sra. Laura reforçou o compromisso do Instituto Resgate com o bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos. Ressaltou que, apesar das críticas, a intenção da instituição nunca foi prejudicar o processo de transição, e que estão aguardando a formalização de um relatório pela gestão para que cada ponto possa ser

debatido com clareza. Informou que os dados dos PIAs constam nos processos judiciais e estão acessíveis. O Sr. Adriano reconheceu que houve comunicação entre a ADRA e o Instituto Resgate e afirmou que, no início, a instituição recebeu alimentos, exceto os que exigiam refrigeração. Destacou que este é um serviço de alta complexidade, o mais desafiador entre as políticas de assistência social, e pediu que não se desmereça o trabalho da instituição anterior, que, segundo ele, também fez o melhor que pôde dentro de suas condições. A Sra. Emannuelly concluiu dizendo que o que se vive hoje deve servir de aprendizado para toda a rede. Afirmou que não apenas a prefeitura, mas também o conselho como um todo foi, em alguns momentos, omisso diante de situações delicadas. Ressaltou que a mudança, embora necessária, sempre causa impactos, e que o verdadeiro trabalho em equipe e um olhar mais humano e comprometido com os acolhidos são fundamentais. Declarou que, independentemente da instituição que assuma o acolhimento, sem uma rede articulada e empática, o serviço não avançará. Por fim, a Sra. Marília agradeceu a presença e a contribuição de todos, reconheceu os desafios enfrentados e reiterou a importância de trabalhar com responsabilidade, escuta ativa e foco no bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos. Encerrou a reunião reafirmando que, apesar dos muitos pontos levantados, o essencial neste momento é unir forças para que o processo de acolhimento siga com qualidade e cuidado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Lorena Rodrigues, encerro a presente ata que será lida e assinada pelos (as) participantes:

Gabriela Caroline Marques Noronha _____

Emannuelly Ferreira de Paula Melo _____

Mayra Moreira dos Santos_____

Jean Félix dos Santos_____

Marília Daibert de Freitas_____

Vanessa Corrêa Borges_____

Janice Salomão de Andrade _____

Glêmia Ferreira da Silva_____

Patrícia Aparecida Martins_____

Thauanny Priscila Silva Ribeiro_____

Lorena Rodrigues Vasconcelos de Paula_____

Claudia Ursini Queiroga_____